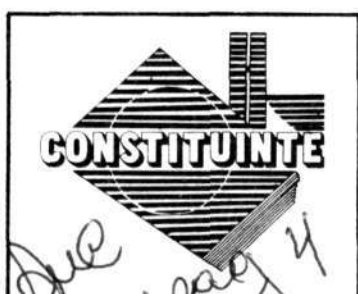


Carta terá mais de 500 artigos, prevê Cabral

Defensor de uma Constituição com um máximo de 300 artigos, o relator da Comissão de Sistematização Bernardo Cabral (PMDB-AM), reconheceu ontem que dificilmente se conseguirá um texto sintético, sendo mais provável que a futura Carta ultrapasse os 500 artigos.



O trabalho da Comissão Afonso Arinos também reuniu mais de 500 artigos, embora tenha sido elaborado por um grupo de apenas 50 pessoas, enquanto a Constituinte reúne 559 parlamentares e uma heterogeneidade de posições muito maior do que a observada naquela comissão.

Limite

Dentro da ideia de síntese, Bernardo Cabral informou que pretende acolher uma indicação do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), preconizando a limitação da Carta em 200 artigos. Mesmo com a antecipação desse parecer favorável, o deputado peemedebista ressaltou que não pretende impor posições pessoais, esperando que o texto final da Constituição "seja resultado daquilo que decidir a maioria dos constituintes".

Na tentativa de "enxugar" o texto, Bernardo Cabral afirmou que procurará, no seu parecer, "expungir as repetições e superposições observadas nas Comissões Temáticas", excluindo, também, as questões que já são objeto de lei ordinária.

O ideal, segundo o deputado amazonense, é obter-se um texto em que apenas o núcleo das questões seja tratado na Constituição, cabendo à lei ordinária abordar "o que for acessório".

Bernardo Cabral fez questão de enfatizar que, no campo social, "não haverá nenhum retrocesso", acreditando que serão mantidos "alguns avanços" constantes dos substitutivos aprovados pelas Comissões Temáticas, entre os quais citou a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas e o sistema seguridade social.

O deputado amazonense também previu um posicionamento positivo em relação à reforma agrária, considerando que o anteprojeto da Comissão Temática constituiu "um retrocesso em relação ao próprio estatuto da terra".

O ceticismo de Bernardo Cabral em relação à ideia de uma Constituição sintética está baseado em dados comparativos relacionados ao trabalho da Comissão Afonso Arinos, apresentado no ano passado, e aos próprios substitutivos das oito Comissões Temáticas. Esses substitutivos totalizaram 543 artigos, 561 parágrafos, 777 incisos e 334 alíneas.

Garantias Individuais

Amaral diz ter o apoio popular à pena de morte

O deputado Amaral Netto, líder do PDS na Câmara, reapresentou ontem à Comissão da Soberania do Homem e da Mulher a emenda propondo pena de morte nas hipóteses de assalto, roubo, seqüestro e estupro seguidos de morte, anteriormente rejeitada na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. A instituição da pena de morte, acrescenta o parlamentar, deverá ser submetida a plebiscito nacional após 120 dias de promulgação da nova Constituição.

Mas desta vez Amaral Netto não estava sozinho, pois carregava uma pilha contendo 4.838 sugestões populares, enviadas ao Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado Federal), favoráveis à instituição da pena de morte no país. Esta proposta só foi superada pela reforma agrária, com 4.902 propostas. O pedessista contou ainda com a presença de cinco viúvas brasilienses de motoristas de táxi assassinados no exercício da profissão e que, através do Sindicato dos Condutores Autônomos de

Brasília, exigiam justiça para os criminosos, se possível, com a pena de morte. Além disto, o parlamentar apresentou resultados de pesquisa do Instituto Gallup, de maio passado, que indicou que no grande Rio e na grande São Paulo mais de 72% dos entrevistados foram favoráveis à pena de morte.

Purificação

Em contrapartida, o deputado José Genoíno (PT-SP), frisou que a pena de morte "não é o instrumento nem o remédio para coibir o ato criminoso e resolver o clamor de justiça da sociedade brasileira". Salientou que Amaral Netto almeja "um processo fascista de purificação da espécie humana através do processo de eliminação dos criminosos". Netto respondeu que Genoíno "era um blindado ideológico". Mas o petista, não satisfeito, sustentou que, hoje, quem se posiciona a favor da pena de morte "são os mesmos interessados para que não aconteça a reforma agrária e urbana no país".



José Richa não comparece ao debate, hoje

Organização do Estado

Emenda propõe maior autonomia municipal

Para fortalecer o substitutivo do senador José Richa (PMDB-PR), que centraliza os poderes da União, constituintes encaminharam ontem à Comissão de Organização do Estado emendas sugerindo que seja acrescido ao texto que "os municípios têm autonomia política, administrativa e financeira". O maior número de emendas, no entanto, diz respeito à criação de novos estados, tema que vinha sendo rejeitado pelo senador por considerá-lo "não pertinente à Constituinte".

Até às 18 horas de ontem, a Comissão de Organização do Estado recebeu mais de 200 emendas. A maioria é repetição do que já foi rejeitado na fase das subcomissões e no primeiro relatório de José Richa. Um exemplo disso, é a emenda do deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO) que extingue os territórios e transforma o Distrito Federal em estado.

Mesmo sendo reapresentação, as emendas dos municipalistas são, de acordo com as justificativas, apenas um reforço ao texto de Richa. O primeiro a encaminhar a proposta foi o deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), relator da subcomissão dos Municípios e Regiões. Como ele, o deputado Hélio Costa (PMDB-MG), considera necessário incluir o artigo que detalha a autonomia dos municípios "para fortalecer a própria Federação".

Estados

Insatisfeitos com o substitutivo do senador José Richa, que não permite a redivisão imediata do território, os defensores dessa tese estão apresentando emendas em separado e até mesmo em bloco. O deputado Hilário Braum (PMDB-RS) é um deles. Em uma só emenda ele prevê a instalação, depois de 180 dias da promulgação da Constituição, dos estados de Juruá (AM), Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA), Santa Cruz (BA), Tocantins (GO) e Triângulo (MG).

Foram reapresentadas também emendas criando os estados do Iguazu — desmembramento do sudoeste e o este do Paraná e oeste de Santa Catarina — e do São Francisco — desmembramento do norte de Minas Gerais e Sul da Bahia. A emenda do São Francisco, no entanto, foi apresentada desta vez pelo deputado Carlos Cardinal (PDT-BA), que até o momento não havia se manifestado nesse sentido.

Debate

Como as discussões sobre a redivisão territorial ficarão mais intensas a partir de agora, os defensores e opositores debaterão hoje, às 10 horas, no Comitê de Imprensa do Senado. O senador José Richa não comparecerá ao debate, já que estará estudando as emendas apresentadas e preparando o seu relatório final.

Agenda — Não há reunião. O relator, senador José Richa, analisará as emendas e dará início à redação do substitutivo final.

Richa já admite Tocantins

O relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), admitiu ontem acolher a proposta de criação do Estado de Tocantins, já aprovada duas vezes pelo Congresso e vetada pelo presidente Sarney. Para isso, o autor da ideia, deputado Siqueira Campos (PDC-GO), terá que cumprir a exigência do plebiscito, incluída nas diversas etapas do processo de criação de novos estados.

O deputado Siqueira Campos já apresentou emenda neste sentido, entre as 122 oferecidas até o final da tarde àquela comissão. O prazo de apresentação de emendas terminou ontem à noite. Hoje e amanhã, José Richa reunirá a sua assessoria, para examinar as novas emendas e elaborar um substitutivo final, que deverá ser votado na sexta-feira.

Outra medida que Richa prometeu acolher, atendendo a apelos de parlamentares do Distrito Federal, é a que triplica o número de representação da Câmara Legislativa de Brasília. Ele não pretende voltar atrás na sua ideia de fazer coincidirem as eleições de governador do Distrito Federal com as do Presidente da República. Os constituintes brasilienses querem a eleição de governador no ano que vem. Richa entende que Brasília não pode ser uma exceção.

Covas articula para negociar propostas

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, começou a definir, ontem à noite, por quais pontos seu partido lutará na Assembleia e a estratégia de votação nas comissões temáticas, que começará sexta-feira, de modo a aprovar propostas que representem a média das posições partidárias. O senador Mário Covas reuniu-se, na residência do deputado Ulysses Guimarães, com todos os vice-líderes na Constituinte e os líderes Luís Henrique, Fernando Henrique Cardoso e do governo, Carlos Santana.

Pela tarde, o senador Mário Covas reuniu-se demoradamente com seus vice-líderes na Constituinte, o vice-líder na Câmara, deputado Miro Teixeira, para avaliar quais os pontos polêmicos em cada uma das oito comissões temáticas e um levantamento das questões programáticas ou que representem compromissos do PMDB e que serão igualmente colocadas em votações nas comissões temáticas neste final de semana.

A ideia do senador Mário Covas é obter o consenso no PMDB em torno desses pontos de modo a utilizá-lo como instrumento de negociações com os demais partidos.

O maior problema do PMDB na segunda rodada de votações da Assembleia Nacional Constituinte é unificar o partido em torno de posições comuns baseadas no programa, segundo revelou ontem o líder na Câmara, deputado Luiz Henrique, para quem o ideal seria o voto maciço.

O PMDB também procura nas negociações de última hora, conforme Luiz Henrique, consolidar a ideia de fazer uma Constituição que consagre apenas princípios e seja bastante clara. O receio é de que, se consagradas normas ordinárias, tenha duração muito curta.



Religião e sexo geram briga entre deputados

Nem mesmo a Bíblia está sendo questão de harmonia e entendimento entre os 12 parlamentares evangélicos integrantes da Comissão da Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ontem, durante reunião da Comissão Temática para discussão do substitutivo preliminar, os deputados pedetistas João de Deus (RS) e Lysâneas Maciel (RJ) trocaram ofensas e acusações verbais, sendo necessário a intervenção da presidente em exercício deputada Ana Maria Ratts (PMDB/RJ).

O deputado Costa Ferreira (PMDB/MA) se incumbiu de provocar o atrito inicial entre os grupos progressistas e conservadores, ao classificar como "o maior despautério" a decisão do relator José Bisol (PMDB/RS) de considerar como crime qualquer discriminação à orientação sexual, acatando sugestão do grupo homossexual Triângulo Rosa. "Ele (Bisol) é muito sutil e exige cuidado para se evitar o surgimento de uma aberração, não sexual, mas constitucional", disse Ferreira.

O deputado Antônio de Jesus (PMDB) indignado com Bisol por ter aprovado uma sugestão considerada "espúria", revelou que "tudo pode trazer uma maldição divina para a nossa pátria, pois Deus, criador do Universo, não aprova o sodomismo". Exaltado, o deputado Costa Ferreira frisou que "o sonho dos gays é terem garantidos em lei e liberalizados as suas anomalias e libidinalagens públicas. Em tom forte, o parlamentar afirmou que "quem tiver o seu sexo pervertido que vá usando, ora com homem, ora com mulher, mas que o faça bem longe da sociedade, se possível muito escondido".

Briga

O deputado Lysâneas Maciel (PDT/RJ), evangélico da Igreja Presbiteriana, defendeu o senador José Bisol afirmando que "ele não está

conivente com práticas excrementais, mas alerta para o distanciamento entre a realidade e a vida bíblica". Citando o trecho dos Dez Mandamentos — não cobiçarás a mulher do próximo — Maciel comentou que naquela época a mulher não passava de uma posse e propriedade exclusiva do homem.

Neste instante o deputado João de Deus (PDT/RS), pastor da Assembleia de Deus, gritou: "Você não conhece nada da Bíblia". Maciel replicou: "Muito menos você, que é delegado de polícia". Um pequeno tumulto foi formado, com os dois evangélicos trocando mais acusações e insultos, sendo necessário a intervenção da presidente, deputada Ana Maria Ratts, que tocou a campanha por um longo período. Em tom enérgico, ela pediu que o deputado João de Deus ficasse calado e leu o artigo 54 do Regimento Interno — procedimento adequado do constituinte no momento do discurso — para o deputado Lysâneas Maciel.

O deputado José Genoíno (PT/SP), classificando como lamentável o incidente entre os evangélicos, salientou que "é inaceitável que uma visão religiosa dê a tônica da Constituinte". Definindo-se como materialista, o petista frisou a urgente necessidade de "incorporar outra dimensão ao ser humano, que vale, é prisioneiro de um conjunto de valores morais, éticos e religiosos".

Por sua vez, o deputado João de Deus apelidou a ala evangélica como "os últimos dos moicanos na luta pela preservação dos costumes e valores morais". Revelou que como delegado ou deputado irá lutar para que "esta minoria depravada e pervertida não tenha voz na nova Constituição". O deputado Antônio de Jesus foi enfático ao ressaltar que "a Aids é uma maldição divina resultante dos desvios e aberrações sexuais do homem".